

**Prática, existência e conhecimento:
breves considerações acerca do estatuto da Filosofia da Educação**

Antônio Joaquim Severino

FE - Universidade de São Paulo

Resumo

O trabalho apresenta, mediante a formulação de algumas teses e seus corolários, elementos para a caracterização do estatuto da Filosofia da Educação, afirmando que sua identidade se configura tridimensionalmente, ao praticar-se simultaneamente como uma axiologia, como uma ontologia e como uma epistemologia, relacionadas respectivamente à busca dos valores que fundam a prática educacional, à explicitação das condições existenciais do sujeito humano concernido pela educação e à discussão do exercício da subjetividade implicado nos diferentes processos educacionais. E em todas essas dimensões, ela pratica-se como filosofia, devendo cumprir as exigências do procedimento filosófico, recusando a exclusividade de um único paradigma de pensar e trabalhando articulada com as Ciências Humanas voltadas para o conhecimento educacional.

Palavras-chave: Filosofia da Educação. Conhecimento. Prática. Valores. Existência humana.

**Practice, existence and knowledge:
brief considerations on the statute of Philosophy of Education**

Abstract

This work presents, through the formulation of some theses and their corollaries, elements for the characterization of the statute of Philosophy of Education, stating that its identity is tridimensionally configured, in being practiced simultaneously as an axiology, an ontology and an epistemology, related respectively to the search of values that founding of educational practice, to the explicitation of the existential conditions of the human subject concerned by education and to the discussion of the exercise of subjectivity implicated in the different educational processes. In all of these dimensions, it is practiced as philosophy and should comply with the demands of the philosophical procedure, refusing the exclusivity of a single paradigm of thinking and working articulated with Human Sciences turned to educational knowledge.

Key words: Philosophy of Education. Knowledge. Practice. Values. Human Existence.

Introdução

À vista da temática desta mesa redonda, proponho-me a apresentar alguns elementos reflexivos com a intenção de contribuir para o debate sobre o estatuto da Filosofia da Educação, tomada como modalidade específica da Filosofia. Para tanto, estou me reportando à construção/manifestação dessa área no tecido da cultura ocidental, sob a perspectiva da historicidade das expressões da Filosofia. A comunicação se fará mediante a afirmação pontuada de algumas teses, sinteticamente enunciadas e elucidadas, numa seqüência que vai construindo um raciocínio que envolve exposição e argumentação. Mas, ao lado dessa facticidade histórica, busca delinear igualmente o perfil teórico próprio à reflexão filosófico-educacional, de modo a se nuclear a identidade do campo específico da Filosofia da Educação, como âmbito autônomo de conhecimento filosófico.

O enfoque não é referente à Filosofia da Educação como disciplina escolar, como componente situado na esfera curricular, apesar das óbvias inter-relações. O objetivo é o de demarcar uma caracterização dessa modalidade de reflexão como abordagem cognoscitiva, cujo objeto seja a educação. Por outro lado, ao falar de Filosofia da Educação também não estou trabalhando com a perspectiva de que a educação teria uma filosofia, uma dimensão filosófica, mas estou me referindo, simplesmente, à possibilidade e à efetividade de um olhar filosófico voltado especificamente para a educação como sua visada. Trata-se de discutir a possibilidade de um discurso filosófico sobre a educação. Entendo assim a Filosofia da Educação como uma modalidade de conhecimento filosófico da educação.

1. A Filosofia da Educação nasce, na trajetória da cultura filosófica, como axiologia da educação, sobretudo como ética e política do agir educativo.

Quando se retoma a manifestação da reflexão filosófica sobre a educação, na trajetória histórica da cultura ocidental, constata-se que a filosofia da educação nasce como processo teórico de estabelecimento de valores de referência para a prática educativa. Premidos pelas injunções do agir, os homens, assim que podem contar com os recursos sistemáticos da subjetividade pensante, se servem, originariamente, desses instrumentos para estabelecer parâmetros para o bem agir.

Para além do registro de uma antecedência histórica concreta, esta manifestação testemunha, ao mesmo tempo, uma prioridade lógica, plenamente justificável. Com efeito, a existência prática é o modo originário e originante do existir humano, condição pré-predicativa absoluta, emergente do núcleo do próprio processo vital da

espécie e de onde emergem todos os processos posteriores que dão especificidade ao modo de ser dos homens. Por isso, a prática é o problema fundamental que se coloca quando a subjetividade se expressa como instrumento de sua significação. Daí a prioridade da busca de referências valorativas com o fito de se atribuir à ação prática um sentido norteador que garanta a ela uma posição aceitável pelo grupo, de modo a não exacerbar os conflitos em que se tece a convivência entre os indivíduos que o compõem e que ameaçam a continuidade da vida.

Assim, do ponto de vista do atendimento das necessidades existenciais, a utilização dos recursos subjetivos para a explicitação de referências para o agir torna-se prioritária, expressando uma natural tendência pragmática na condução estratégica da vida.

2. Mas ao buscar os valores e seus fundamentos, a Filosofia da Educação instaura-se como uma antropologia da educação.

A passagem da busca de valores fundantes da ação para a busca do fundamento dos próprios valores é plenamente coerente com o modo de ser da subjetividade humana. A indagação sobre o fundamento possível para os valores que são buscados impõe que se reflita sistematicamente sobre o sujeito como agente e destinatário da ação. O agir fundado em valores só tem razão de ser se levar em conta a condição existencial do sujeito.

A busca de fundamentos valorativos para a ação não se expressa apenas como estratégia de convivência e de enfrentamento dos desafios da prática. A capacidade e a flexibilidade do equipamento subjetivo que se tornou disponível nos coloca diante não apenas da necessidade da construção de uma justificativa imediata, mas de uma justificativa que se sustente na significação da própria existência do homem, sob seu modo específico de ser.

Trata-se de indagação fundamental, que diz respeito à própria condição da existência concreta dos sujeitos da educação, como os agentes dessa prática. Na verdade, trata-se do questionamento posto pelo próprio filosofar, kantianamente formulado: afinal, quem é o homem? Assim, a Filosofia da Educação não pode evitar a necessidade de mergulhar investigativamente na condição de existência do homem, indagando analítica e reflexivamente sobre todos os aspectos da realidade concreta de sua vida.

Mas, se a concretude histórica é referência indispensável para o desvelamento/construção de uma imagem consistente do ser humano, a dimensão social ocupa lugar fundamental na configuração dessa imagem. Não se trata, pois, para se pensar o homem e sua educabilidade, de partir de um registro apenas individual. Ao contrário, o homem é um ser social e a sua é necessariamente uma ontologia social.

3. No entanto, esta busca da imagem do ser do homem, como fundamento e lastro dos valores da prática, não pode ser feita com referência apenas a uma suposta natureza metafísica do ser humano ou à sua mera condição de ente físico-biológico de ser natural. Isso porque os fins e valores da prática humana não são transcendentais, mas imanentes à história e é nela que precisam ser encontrados.

Embora os fins e objetivos que norteiam a ação humana se coloquem além das coordenadas imediatas da prática em sua objetividade técnica, nem por isso deixam de ser fins e objetivos históricos. Isso porque são humanos. São, portanto, finalidades datadas, estabelecidas pelos próprios homens, graças à capacidade simbolizadora de sua subjetividade. Isso implica, pois, preliminarmente, que se dê plena conta da humanidade dos homens, mediante um mergulho na condição existencial das pessoas enquanto entes inseridos no tempo histórico e no espaço social.

Isso impõe à Filosofia da Educação o compromisso de assumir a tarefa do desvendamento/construção do sentido da existência humana como contexto do sentido da educação com base nas condições objetivas e concretas do existir histórico dos homens. Não são as essências metafísicas nem os códigos genéticos que podem dar conta da realidade humana em sua condição específica. Sem dúvida, os homens, como seres biológicos, vinculam-se integralmente à natureza física, seus corpos seguem as leis naturais; vivenciam igualmente uma experiência de unidade e de identidade, como se fossem atributos de uma natureza imutável, mas nada disso é demonstração apodíctica de um nível de existência fora das condições de contingência de sua historicidade. O lastro de referências possíveis para o seu existir encontra-se na sua realização ao longo da história, através de suas múltiplas práticas.

Por isso mesmo, quando se fala de uma perspectiva ontológica de apreensão da condição existencial dos homens, não cabe mais reportar-se ao modo metafísico de pensar. Não temos condições de acesso a entidades com o perfil desenhado pela metafísica. Mas, ao mesmo tempo, cabe descartar a euforia da ciência moderna ao reduzir o homem a sua condição de integrante da natureza física. Ele tem essa condição, indispensável lastro de seu existir histórico, mas essa base não dá conta de toda sua especificidade como sujeito pessoal. Este se constrói ao longo do tempo histórico, mediante suas práticas, no contexto de uma interação social, como sujeito coletivo.

Desse modo, a Filosofia e a Filosofia da Educação não mais se pretendem como formas de pensamento absoluto, como se fossem expressões de um conhecimento superior,

totalizante e sintetizador, capaz de dar conta do conjunto integral da realidade. Não podem mais falar de essência humana, de natureza humana. Mas elas não se instauram, modernamente, como modalidades científicas de conhecimento, por mais fascinantes que sejam estas. Nem lhes cabe uma função meramente meta-científica, tornando-se simples comentários dos procedimentos lógicos, metodológicos e lingüísticos das ciências. Assim como não era apropriada à Filosofia a condição de *ancilla theologiae* que lhe dera a medievalidade, ela também não pode transformar-se em *ancilla scientiae* na modernidade.

No que concerne especificamente à Filosofia da Educação, as repercussões desse cientificismo não poderiam deixar de acontecer, atingindo todas as suas dimensões. Assim, as diversas modalidades de abordagem e explicação da educação, no início deste século, em virtude da expansão da mentalidade científica e de suas fundamentações epistemológicas pelo positivismo, levam a educação a ser pensada à luz das novas categorias explicativas fornecidas pelas diversas ciências, da Biologia à Sociologia. E, igualmente, passa-se a entender que sua eficácia como formadora das novas gerações encontra-se na sua adequação a diretrizes técnicas de funcionalidade natural. Se, de um lado, essa apropriação da educação como objeto da abordagem científica possibilitou grandes avanços no seu conhecimento, de outro, foi também causa e pretexto para a ocorrência de diversas formas de reducionismos científicos, acompanhados da desqualificação da abordagem filosófica e da atribuição à Filosofia da Educação a tarefa única de justificar epistemologicamente o empreendimento científico no campo educativo e de defender a utilização dos recursos técnico-científicos para a boa condução dos processos pedagógicos.

4. A necessidade de responder às interpelações nascidas do exercício da subjetividade na teoria e na prática da educação leva a Filosofia da Educação a instaurar-se ainda como epistemologia do campo educacional.

Com efeito, ao explicitar os valores, fins e objetivos que norteiam a prática educacional, bem como ao desvendar os sentidos da existência dos sujeitos envolvidos na educação, a Filosofia da Educação é interpelada a respeito das pretensões humanas relativas ao próprio exercício do conhecimento. A explicitação de valores e o delineamento da condição do existir humano, referências fundantes da prática educacional, implicam o exercício da subjetividade, e as atribuições de intencionalidades valorativas se articulam com os dispositivos da consciência cognoscitiva. Para o norteamo da ação humana, estão envolvidos também significados conceituais, responsáveis pelo esclarecimento das numerosas variáveis do

mundo objetivo no qual os homens se encontram situados. Daí a imprescindível instauração de uma abordagem sistemática das condições de possibilidade e de legitimação das atividades e processos de conhecimento.

No seu momento epistemológico, à Filosofia da Educação cabe investir no esclarecimento das relações entre a produção do conhecimento e o processo da educação. Por isso, enfrenta um espectro bem amplo de questões nesse plano da produção do saber, desde aquelas relacionadas com a natureza da própria subjetividade até aquelas que se encontram implicadas no mais modesto ato de ensino ou de aprendizagem, passando pela questão da possibilidade e da efetividade de uma ciência da educação. Com efeito, estão em pauta os esforços que têm sido desenvolvidos com vistas à criação de um sistema de saber no campo da educação, de tal modo que se possa dispor de um corpo de conhecimentos fundados numa *episteme*, num saber rigoroso e consistente. Trata-se da questão da cientificidade para o campo educacional. Há que se reconhecer que a questão epistemológica se coloca efetivamente, até porque o processo educacional está intrinsecamente envolvido com a intervenção da subjetividade, ele pressupõe sempre mediações subjetivas. Tanto no plano de suas expressões teóricas como naquele de suas realizações práticas, a educação envolve a própria subjetividade e suas produções, impondo ao educador uma atenção específica e redobrada para lidar com essa situação. A atividade da consciência é mediação imprescindível das atividades da educação, a experiência da vivência subjetiva é condição inelutável de todo e qualquer saber sobre a condição humana e sobre todos os aspectos em que ela se desdobra na efetividade do real.

Em decorrência de tal situação, a Filosofia da Educação precisa implementar uma reflexão propriamente epistemológica sobre a natureza dessa experiência na sua manifestação na área educacional. Cabe-lhe, tanto de uma perspectiva de totalidade como de uma perspectiva da particularidade das várias ciências, descrever e debater a construção, pelo sujeito humano, do objeto “educação”. Cabe-lhe, por assim dizer, a dupla missão de se justificar, ao mesmo tempo em que rearticula os esforços da própria ciência, para também se justificarem, avaliando e legitimando a atividade epistêmica como processo tecido no texto/contexto da realidade histórico-cultural da humanidade.

5. Mas, de outro lado, em sendo, igualmente, a consciência o lugar privilegiado das ilusões, dos erros e da ideologia, tendo o alcance de sua atividade constantemente ameaçado de ficar comprometido, a reflexão epistemológica a ser praticada pela Filosofia da Educação não pode deixar de ser exercício crítico dos viesamentos ideológicos dos discursos teórico e prático da educação.

Trata-se de um dos mais desafiantes compromissos do pensamento filosófico-educacional que se coloca para quem se propõe pensar filosoficamente a educação, exigindo um passo além da descrição analítica dos procedimentos científicos. Trata-se da tendência intrínseca de todas as modalidades do discurso educacional envolver-se com a ideologia. Por isso mesmo, no desempenho de sua tarefa epistemológica, a Filosofia da Educação precisa cuidar também do clareamento da questão da ideologia, pois esta faz com que a educação acabe se transformando num mecanismo de alienação dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Lidando com ferramentas simbólicas, que atuam no âmago mesmo da subjetividade, a educação é terreno fértil para a ideologização. Os procedimentos da subjetividade não funcionam de forma mecânica como aqueles derivados dos instintos e dos impulsos naturais. Assim, quando a consciência representa os diversos aspectos da realidade e os avalia mediante sua sensibilidade aos valores, ela facilmente falseia esses aspectos, fazendo que essas representações e essas avaliações percam sua objetividade, substituindo-a por uma objetividade imaginada, ideada, abstrata. Ao guiar-se por essa representação e por essa avaliação, o sujeito se aliena, tomando como verdadeiros e válidos conceitos e valores que não correspondem à realidade das situações e experiências. Mas ocorre que a consciência não se dá conta desse desvio, o que transforma as representações/avaliações em conteúdos ideologizados. Esse falseamento se dá, então, para encobrir interesses de grupos específicos da sociedade, que quer preservá-los para sua vantagem, em detrimento dos interesses universais de todo o grupo social. Interesses reais, oriundos de segmentos particulares da sociedade, sobrepõem-se aos interesses comuns da sociedade. Os grupos beneficiados manipulam então o conhecimento e a valoração apresentando os conceitos, idéias e valores como se fossem universais, iludindo assim todos os integrantes dos demais grupos sociais. Desse modo, a relação das representações simbólicas, tanto as cognitivas como as valorativas, com a realidade objetiva se dá em dois planos: no plano manifesto, são apresentadas como resultantes de uma atividade teórica neutra e competente, dando uma expressão adequada do real; no plano latente, no entanto, elas correspondem, de fato, apenas aos interesses de segmentos privilegiados.

Assim, à Filosofia da Educação cabe ainda a tarefa fundamental de uma reflexão crítica capaz de explicitar e contrapor-se aos significados ideologizados dos discursos pedagógicos, teóricos ou práticos, gerando assim referências elucidadoras da significação mais profunda do pensamento, da legislação, das políticas educacionais bem da realidade social da educação, num determinado contexto histórico.

É nesse perfil tridimensional de identidade que cabe situar algumas visões particulares redutivas da Filosofia da Educação, tais como aquelas que a reduzem à mera condição de reflexão meta-científica, como se lhe coubesse apenas elaborar comentários sobre os procedimentos das ciências, únicas responsáveis pelos conhecimentos válidos sobre a educação, bem como aquelas que a transformam em mera sabedoria, a que caberia apenas coordenar valores. A Filosofia da Educação é um exercício epistêmico e não uma sensibilização a valores, compulsados com base numa vivência íntima solipsista ou numa difusa moralidade da vida social. Ela não é da alçada exclusiva da razão prática, ela é também, legitimamente, do domínio da razão teórica.

6. Mas, se sob todas essas perspectivas que desdobram sua identidade, a Filosofia da Educação se efetiva, necessariamente, como filosofia, ela só pode realizar-se como prática filosófica, com tudo que isso implica.

Nossa tradição acadêmica tende, muitas vezes, a conceber a Filosofia da Educação como área e disciplina do campo técnico e científico do educacional. Mas, ao alocar-se nos espaços institucionais da Educação, ela não abdica de sua natureza filosófica. Embora tenha como objeto de sua reflexão os aspectos específicos da educação, a sua abordagem continua sendo a abordagem filosófica.

Trata-se de um esforço sistemático do espírito para compreender a realidade, compreensão esta que se realiza como uma atribuição de sentido. É busca de uma significação que seja resultante de uma intencionalização, ou seja, processo específico mediante o qual a consciência subjetiva se apropria simbolicamente dos dados da experiência que a relaciona com a esfera da objetividade.

A abordagem filosófica é modalidade do conhecimento humano mediante a qual os sujeitos pensantes buscam o sentido das coisas, tendo como contexto abrangente o sentido de sua própria existência, busca de compreensão de sua especificidade.

Em que pesem todas as dificuldades que tem de enfrentar, a modalidade filosófica de conhecimento se instaura como a busca ilimitada de mais sentido, de mais significação. Transforma-se então a filosofia num esforço do espírito com vistas a dar conta da significação de todos os aspectos da realidade, com a maior profundidade possível, e sempre em relação à significação da existência dos homens. É a tentativa de compreender o sentido mais radical das coisas, independentemente de sua utilização imediata. Esse sentido é o modo pelo qual as coisas se apresentam ao espírito, modo propriamente humano da consciência de se apropriar delas. Ter consciência, para o homem, identifica-se com o dispor de sentido, o que constitui para ele a compreensão da realidade. Compreender é, pois, reconhecer, no nível da subjetividade, nexos que

vinculam, com determinada coerência entre si, elementos da realidade experienciada a partir do próprio processo vital.

A Filosofia da Educação procede da mesma maneira: cabe-lhe desenvolver esforços cognitivos com vistas a explicitar o sentido da educação no contexto do sentido da existência humana.

Isso quer dizer que o que estamos considerando como filosofia é a atividade de reflexão, modalidade de exercício da subjetividade cognoscitiva que se envolve exatamente com o delineamento do sentido da existência humana, articulando e complementando todas as outras modalidades congêneres, num esforço conjunto e convergente com vistas à elucidação do sentido da existência e do esclarecimento de referências para a orientação da prática humana, o grande processo mediador de sua existência. Em que pesem todos os seus tropeços e ambigüidades, não é senão a efetivação dessa prática reflexiva o que se pode ver ao longo da milenar trajetória da produção filosófica em todas as culturas com expressão histórica. Não foram outras a pretensão e a intenção de todos aqueles pensadores, considerados filósofos pelas diferentes culturas, em todas as épocas históricas. Quaisquer que tenham sido as formas que essas atividades assumiram, tanto num plano lógico-epistêmico como no plano de suas linguagens, elas sempre se apresentaram com a pretensão de esclarecer o entendimento que os homens têm dos diferentes aspectos de sua existência no mundo, propondo referências para que sua condução seja feita de uma determinada maneira, ainda quando isso é dito de forma mais implícita do que explícita.

Assumo, pois, a significação da filosofia como modalidade de saber que se refere à realidade, à densidade do real, por mais opaca e resistente que seja essa abordagem. Este é o significado nuclear que é a fonte dinamizadora de todo empreendimento elucidador realizado pelo conhecimento, mesmo quando se exerce concretamente por formas indiretas. O que quero dizer é que filosofar é pensar o real, quaisquer que sejam as formas históricas e concretas mediante as quais esse real se expressa à nossa experiência. Assim, mesmo quando a reflexão se dedica ao entendimento do próprio processo do conhecer, por exemplo, quando pensa a ciência, a arte, a religião, mesmo quando se debruça sobre o pensamento objetivado no texto, ela visa, ao fim e ao cabo, pensar o sentido da realidade mediatizada particularmente no ser humano.

Por isso mesmo, no meu modo de ver, todas as definições que se tem dado à filosofia, como por exemplo, a “de produzir conceitos”, “de validar a ciência”, “de escoimar a linguagem de seus vícios lógico-lingüísticos” , só podem sustentar-se, em última análise, se isto for feito com o objetivo primordial de contribuir para o esclarecimento do significado de existir humano na história. A razão fundamental de ser de todo

pensamento é o de investir nessa elucidação. É claro que isso não é feito só pela filosofia; ao contrário, a contribuição de todas as outras modalidades de conhecimento, de todas as outras formas de exercício da subjetividade, é significativa e imprescindível para que se aproxime, ao longo do desenrolar da prática investigativa e reflexiva, desse sentido do existir histórico-social do homem, ou seja, para que os homens possam ir constituindo subjetivamente a cultura objetiva de seu mundo. Por sinal, essa é a tarefa da própria humanidade: humanizar, cada vez mais, sua condição, que emerge enraizada no mundo pré-humano da natureza e de seus determinismos.

7. E praticar-se como filosofia não é exercer uma única modalidade paradigmática de pensar, que fosse como que hegemônica, superior. A prática filosófica se dá sob múltiplas possibilidades epistemológicas.

Mas o modo de pensar filosófico, como exercício do conhecimento, é, como qualquer outra atividade humana, uma atividade histórica. Por isso mesmo, em cada momento do devir da cultura humana, o filosofar assume configurações diferenciadas ao expressar-se mediatizado pela linguagem. Essas configurações constituem diversos paradigmas do pensar filosófico, cada um deles resultando de uma proposta de como se praticar o conhecimento filosófico. Marcado pelo índice da contingência da existência imanente dos sujeitos pensantes, tais paradigmas carregam em si as marcas de sua historicidade. Não há como garantir a qualquer um deles um estatuto privilegiado de saber absoluto. São tentativas decorrentes da riqueza da subjetividade humana e da multiplicidade de suas experiências. Todas são válidas, legitimando-se pela fecundidade que manifestem para o desvelamento do sentido da existência.

Assim sendo, desse ponto de vista, a Filosofia da Educação também reconhece ter que levar em conta a presença de um pluralismo paradigmático, o que lhe possibilita contribuir com perspectivas diferenciadas de construção de sentido.

A imposição de um único paradigma de pensar não seria só expressão de uma postura de exercício de poder, uma postura intelectual autoritária e totalitária, doutrinária, mas também inviabilizaria a própria fecundidade epistêmica do saber, do conhecimento. A filosofia, em geral, e a filosofia da Educação, em particular, são legitimamente praticáveis sob múltiplas perspectivas epistemológicas.

8. Mas esta complexa abordagem da educação pelo olhar filosófico não dispensa o diuturno convívio de intercâmbio e reciprocidade epistêmica com as Ciências da Educação, uma vez que o acesso ao real, no estágio

atual do conhecimento humano, pressupõe necessariamente a apreensão dos aspectos fenomênicos dos processos reais da prática humana.

Para realizar seu trabalho reflexivo, a Filosofia da Educação, nos tempos atuais, não poderá prescindir de uma íntima solidariedade com as ciências, de modo particular com as Ciências Humanas. Com efeito, para se constituir, a ciência precisou se opor radicalmente à filosofia que, no início da modernidade, se apresentava fundamentalmente como metafísica. A filosofia não pretende mais impor-se como uma ontologia geral absoluta, a sua não é mais uma perspectiva metafísica, autônoma, altaneira; não pretende tampouco impor-se como rival competidora, de igual para igual, com as ciências, disputando-lhe o mesmo terreno. Hoje, ela se propõe fundamentalmente como *antropologia*, ou seja, busca do sentido da existência humana como historicidade social.

Na verdade, a Filosofia da Educação só se legitimará ao apoiar-se nos fundamentos que representam a condição de radical historicidade e de sociabilidade da educação, que deve ser entendida como necessariamente inserida nas coordenadas do tempo histórico e do espaço social. Ora, são as ciências que explicitam os aspectos concretos dessa historicidade.

Com a formação e consolidação das Ciências Humanas, formaram-se também as Ciências da Educação. Assim, no que concerne às diversas modalidades de abordagem e explicação da educação, em virtude da expansão da mentalidade científica e de suas fundamentações epistemológicas pelo positivismo, também a educação passa a ser pensada à luz das novas categorias explicativas fornecidas pelas diversas ciências, da Biologia à Sociologia. E, igualmente, passa-se a entender que sua eficácia como formadora das novas gerações encontra-se na sua adequação a diretrizes técnicas de funcionalidade natural.

Como todas as outras dimensões da fenomenalidade humana, a educação passou a ser equacionada pelas ciências que, graças a seus recursos metodológicos, possibilitaram a abordagem objetiva do fenômeno educacional. O desenvolvimento das ciências da educação, no lastro das Ciências Humanas, demonstrou o quanto foi profunda sua contribuição para a elucidação desse fenômeno, bem como para o planejamento da prática pedagógica. Disso decorre a relevância que a teoria científica adquire para o conhecimento do processo educacional e para a sustentação técnica das práticas pedagógicas.

Conclusão

O raciocínio que pretendi construir nesta comunicação buscou argumentar a favor da visão do estatuto da Filosofia da Educação como modalidade filosófica de conhecimento destinada a intencionalizar a prática educativa, seja mediante a explicitação dos valores que a norteiam, seja mediante a construção de uma imagem do homem que se precisa educar, seja, ainda, mediante a explicitação e elucidação dos processos cognitivos de que se serve o sujeito nos seus esforços para compreender o sentido da educação. Intencionalizar a prática educacional é esclarecer-lhe as condições para que ela se realize como *práxis*, ou seja, ação realizada pautando-se num sentido, ação pensada, refletida, apoiada em significações construídas, explicitadas e assumidas pelos sujeitos envolvidos.

Entendendo o filosofar como expressão radicalizada da busca do esclarecimento do sentido da existência humana, a Filosofia da Educação é percebida como elaboração conceitual com vistas à elucidação radical do sentido da educação, no contexto dessa existência, tal como ela se realiza historicamente. Pode-se aproximar de uma definição da Filosofia da Educação afirmando-a como esforço reflexivo para o desvendamento/construção do sentido da educação no contexto do sentido da existência humana no tempo histórico e no espaço social.